

Editorial

Carmen Sylvia Vidigal Moraes^[a], Henrique Vaz^[b], João Caramelo^[b], Teresa Medina^[b]
(*Guest Editors*) & Sofia Marques da Silva^[b] (*Editor*)

^[a] Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

^[b] CIEE-Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Nos mais diversos contextos regionais, e a nível mundial, as políticas públicas no campo da educação vêm procedendo a reconfigurações dos sistemas e das instituições educativas, aprofundando e promovendo, crescentemente, vias e percursos de ensino e formação profissional a nível do ensino secundário.

Os argumentos que, como pano de fundo, acompanham estas reconfigurações estão fortemente conectados a mudanças reconhecidas ou idealizadas no mundo do trabalho, numa retórica hegemónica que procura subordinar a oferta educativa/formativa e a formação dos jovens a uma permanente adequação e ajustamento às necessidades ditadas por um mercado de trabalho em profunda e acelerada transformação, cujo sentido e cujos efeitos não se questionam.

A nível internacional, a par da coexistência de diferentes conceções e experiências quanto aos modos de organizar, desenvolver e avaliar o ensino e a formação profissional, de enfrentar novos e velhos desafios que atravessam o campo educativo (a transição digital, a situação pandémica, a promoção da equidade, da justiça e dos direitos sociais, etc.), ou de equacionar a articulação entre a formação e o mundo do trabalho, são crescentes as tendências para uma certa uniformização dos discursos e práticas, a que não são alheios os condicionamentos e orientações associados às perspetivas de entidades internacionais/transnacionais, como a OCDE ou o Banco Mundial. Estas perspetivas estão presentes nas políticas educativas de muitos países, repercutindo-se igualmente na atividade de diferentes organizações com intervenção no campo da cooperação internacional em educação, designadamente Organizações Não Governamentais, com particular relevância em países do continente africano e na América Latina.

Assim, importa conhecer e discutir políticas educativas/formativas que têm vindo a ser adotadas e implementadas, em contextos diversos, bem como as conceções de trabalho e de

trabalhador/a que lhes estão subjacentes. Tendo como eixo organizador a transformação das inter-relações que se estabelecem entre os sistemas de educação/formação profissional inicial e o mundo do trabalho, importa questionar, no quadro atual de precarização crescente das relações de trabalho, de que formação se fala e para que trabalho, problematizando os processos de (in)comunicabilidade e (inter)dependência entre os mundos da formação e do trabalho, os modelos de organização e desenvolvimento dos processos de formação profissional inicial, bem como as relações crescentemente acentuadas entre os setores público e privado no campo da definição e implementação das políticas de formação profissional.

É em torno destas problemáticas que se debruçam os/as autores/as dos artigos presentes neste número da revista, uns mais focados em análises globais de políticas educativas centradas na formação profissional de jovens, atravessadas pela influência de diferentes instâncias internacionais, e outros em análises mais contextuais a partir dos desafios vivenciados em escolas situadas, a vários níveis, entre o rural e o urbano, constituindo-se, todos eles, num importante contributo para uma reflexão que se impõe e que importa continuar a aprofundar.

O primeiro artigo, de Ruy D'Oliveira Lima, Rosangela Fritsch e Darciel Pasinato, com o título "Gestão pública e governança: A relação heterárquica entre o público e o privado na educação profissional brasileira", equaciona o papel preponderante na formulação de políticas educacionais no mundo capitalista globalizado, sob a ótica neoliberal e pautada na Nova Gestão Pública, desempenhado por organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas. Na perspetiva dos/as autores/as, reformas educacionais como a do Ensino Médio, no Brasil, por exemplo, derivam de recomendações hegemónicas de organismos internacionais, disseminadas sob a forma de redes de governança, representando interesses de atores da classe dominante e dirigente, pelo que se torna premente o empenho dos/as que não pertencem a essa classe em se colocarem em situação contra-hegemónica e, no caso dos/as pesquisadores/as, em desvelar, distinguir, explicar e interpretar como a classe dirigente reforça e amplia a hegemonia por meio de projetos como aquele que é aqui tomado como objeto de análise: o PRELAC (Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe).

Estela Pereira, no artigo intitulado "Educação secundária e formação para o trabalho: Propostas e narrativas das recentes reformas dos sistemas educacionais espanhol e brasileiro", aborda aspetos da recente reforma educacional espanhola, relativos à educação secundária, que são coincidentes com orientações presentes na reforma do ensino médio brasileira, propondo uma reflexão sobre as relações entre educação e capital, considerando que as duas reformas anunciam, em comum, o propósito de adequar a força de trabalho às novas demandas produtivas e laborais, bem como o esforço de adaptação da formação às

necessidades das empresas e às expectativas destas relativamente ao carácter atitudinal dos/as trabalhadores/as. A autora destaca algumas coincidências entre as reformas dos sistemas educacionais dos dois países que, organizando-se segundo o conceito de “sistematização” e “segmentação”, proporcionam ofertas de educação secundária distintas por classe, reproduzindo a divisão social no trabalho, observando-se, igualmente, uma interferência direta do capital e de organismos multilaterais na elaboração e implementação de tais reformas.

Guilherme Gomes Skriván e Ana Paula Ferreira da Silva, no artigo “Sentido do saber escolar em contexto de ‘uberização’ para o estudante da Educação de Jovens e Adultos”, refletem sobre o significado da escolarização e o sentido do saber que jovens que realizam trabalhos precarizados atribuem à aprendizagem. Assumindo que a escola ainda permanece como uma instituição que possui valor social relacionado com a certificação, os/as autores/as salientam, no entanto, que os trabalhos almejados pelos/as jovens parecem relacionar-se menos com a distinção que a escola garante pelo saber, pelo certificado ou mesmo pelas relações sociais estabelecidas, e mais pelas características relacionadas com novas modalidades de trabalho e com a naturalização e a aceitação do discurso da flexibilidade, da autonomia e adaptabilidade. Nesta perspetiva, discursos educativos e uma escola que valoriza os percursos autónomos e a aprendizagem dirigida conforme os interesses pessoais e a flexibilidade para estudar muitas coisas ao mesmo tempo, continua a preparar as crianças e jovens para o mundo do trabalho, mas agora para o trabalho uberizado, prosseguindo a sua função de reprodução social.

Em “Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o campo”, o artigo de Lucília Regina de Souza Machado, Maria Cristina Caminha de Castilhos França e Clarice Monteiro Escott reflete sobre as dificuldades e possibilidades de ações institucionais voltadas para permanência e êxito de estudantes do ensino técnico agrícola, num quadro em que a população rural tem vindo a diminuir e em que a nova agricultura tem levado ao surgimento de novos/as agricultores/as e a políticas contraditórias. Os processos de expansão urbana e a entrada para estas escolas de muitos/as estudantes oriundos/as de contextos urbanizados colocam desafios novos, nomeadamente o desenvolvimento de práticas sociais e educativas a partir da interação entre os sujeitos da escola, de atividades que envolvam a comunidade do entorno, pela busca do estreitamento dos laços internos e externos de solidariedade e de participação coletiva que permitam a realização de percursos educativos bem-sucedidos e significativos.

José Conceição Silva Araujo e Ludmila de Oliveira Holanda Cavalcante, no seu artigo “Escolas Famílias Agrícolas: Contribuição da Pedagogia da Alternância na formação de jovens críticos/as”, refletem sobre como as Escolas Famílias Agrícolas procuram, a partir de uma Pedagogia da Alternância, contribuir para a formação de jovens críticos/as, capazes de abraçar

as lutas sociais do seu tempo. No caso em estudo, os/as autores/as assumem que a Pedagogia da Alternância trouxe um potencial de formação crítica e de reflexão para os/as egressos/as, mas assumem que as condições objetivas de vida dificilmente podem ser revertidas na vida da classe trabalhadora na sociedade capitalista excludente sem que as lutas sociais se imponham. Na sua perspectiva, para além das condições subjetivas (desejo, sonhos, projetos, percepções), existem as condições materiais de existência (trabalho, terra, renda, sustento...) que têm implicações nas tomadas de decisão das pessoas para o deslocamento campo/cidade em busca de melhores condições de vida. Considerando que a Pedagogia da Alternância proporciona formação, esta muitas vezes não é suficiente para responder aos obstáculos e desafios que o capitalismo impõe às condições de vida e sustento da classe trabalhadora para permanência no campo e sobrevivência nos centros urbanos.

As discussões propostas nestes artigos são tanto mais relevantes quanto, hoje, e nomeadamente no contexto português, se faz caminho para o reconhecimento da formação profissional. Assente numa relação intencional entre questões teóricas e questões práticas que constitui um diferenciador pela positiva, tem-se procurado contrariar um imaginário construído em torno dos cursos profissionais, do seu valor e estatuto sociais. Pela sua natureza, estes cursos têm sido considerados como mais capazes de se aproximar e contextualizar os interesses dos/as estudantes, beneficiando de modelos de ensino e aprendizagem que assentam em situações reais (Te Riele & Crump, 2002; Doroftei et al., 2018). No contexto português, tem havido um esforço recente de criar condições para que estudantes que fazem a sua formação no ensino secundário pela via profissional possam ver asseguradas formas mais justas de acesso ao ensino superior, adiando a entrada para o mercado de trabalho. O Decreto-Lei n.º 11/2020, de 2 de abril, cria o concurso especial para estudantes provenientes das vias profissionalizantes, através da realização de uma prova nas instituições de ensino superior a que se pretendem candidatar. Esta medida é uma política que visa criar alguma justiça social e educacional entre as populações jovens estudantes que são oriundas dos cursos científico-humanísticos e dos cursos profissionais.

Além deste conjunto de artigos, que compõem a componente temática, este número inclui ainda três outros contributos.

O artigo de Silva Junior, “Cultura e educação: como operam as pedagogias culturais?”, analisa um *corpus* empírico constituído por teses e dissertações de mestrado produzidas em 10 anos no contexto brasileiro para discutir novas amplitudes das pedagogias culturais que tomam lugar e forma em novos contextos de aprendizagem para além dos de educação formal. Ao procurar compreender como a produção científica no campo dos estudos culturais tem abordado as pedagogias de género e das sexualidades, o autor pretende situar os resultados e sua discussão lembrando os contributos da tradição clássica dos estudos culturais da escola

de Birmingham no seu programa de contestação e de reconhecimento de diversidades menos poderosas, mas também trazendo Foucault para uma análise mais fina dos processos de subjetivação, numa diversidade de contextos que têm vindo a adquirir o estatuto pedagógico, como o caso dos media. Como vários/as autores/as, aos/às quais se juntam agora o autor deste texto, têm vindo a chamar a atenção, as pessoas, nomeadamente as mais jovens, estão a aprender nos mais diversos contextos, também os digitais, e aí têm lugar o que designam de aprendizagens invisíveis que, pela sua natureza, exigem aproximações críticas a partir de novos quadros teórico-metodológicos.

A escola, em particular a escola pública, tem sido reconhecida como um espaço privilegiado onde a educação para a participação, cidadania e a democracia se devem assegurar, havendo uma expectativa social sobre esse papel que a escola desempenha na formação de jovens nesses âmbitos. É neste pressuposto que se funda o contributo de Elenice Procópio Araújo e Celso Francisco Tondin, intitulado “Percepções de estudantes e coordenação escolar acerca da adolescência, protagonismo/participação juvenil e escola”. O artigo problematiza o contexto da escola como podendo criar oportunidades para o desenvolvimento de cidadania emancipatória, com uma relevância acrescida quando consideramos a diversidade de populações jovens e os diferenciados lugares sociais a partir dos quais dão sentido à vida na escola. A partir de uma pesquisa-ação num contexto de escola pública no Brasil envolvendo jovens estudantes e figuras da coordenação escolar, o artigo dá conta de alguns paradoxos identificados pelos/as jovens na visão que a escola tem de si, diferentes sentidos para a experiência escolar e o reconhecimento de que a escola, no cumprimento da sua função mais transmissiva, investe menos em práticas emancipadoras, ainda que a organização de algumas iniciativas sejam estimulantes da participação e envolvimento de jovens na vida da escola.

O texto “As contribuições da psicologia social sobre ‘grupos’ para reflexões sobre o trabalho docente em contexto avaliativo no *stricto sensu*”, da autoria de Flávia Umbelino Nemer, Patrícia Ortiz Monteiro e Edna Chamon, conduz-nos a uma discussão sobre os propósitos dos sistemas de avaliação, em particular, de programas de pós-graduação. A partir dos contributos da obra de Michener, e na medida em que as avaliações de programas de formação abrangem as diferentes figuras a eles associadas, os/as autores/as centram a sua análise no sistema grupo, sua estrutura e dinâmica. Socorrendo-se de uma revisão da literatura de publicações no contexto do Brasil focadas no trabalho docente e avaliação, estudam-se os diferentes papéis e os modelos de trabalho coletivo em contexto de avaliação. Este contexto é, muitas vezes, informado por lógicas de produtividade e de competitividade de inspiração empresarial, que tem impacto nos investimentos de docentes e investigadores/as, aspetos que informam a discussão proposta neste artigo,

Referências bibliográficas

- Doroftei, Alexandra O., Silva, Sofia M., & Araújo, Helena C. (2018). [Perspectives of young people enrolled in apprenticeship courses in Portugal about learning in work contexts](https://doi.org/10.5817/SP2018-2-6). *Studia Paedagogica*, 23(2), 77-99. <https://doi.org/10.5817/SP2018-2-6>
- Te Riele, Kitty, & Crump, Stephen (2002). Young people, education and hope: Bringing VET in from the margins. *International Journal of Inclusive Education*, 6(3), 251-266. <https://doi.org/10.1080/13603110210124366>